

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ataques aos nordestinos se multiplicam nas redes sociais..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Economia vai afetar comércio e pobreza..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Da escravidão aos frigoríficos (Artigo)..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congonhas pode voltar a receber voos internacionais..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Endividamento pode travar recuperação (Editorial)..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Educação é a mais afetada por bloqueio no Orçamento..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Lula é favorito, mas mercado quer vê-lo ao centro"..... 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O ICMS na mão da população mais pobre (Artigo)..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresariado cobra propostas e âncora fiscal de Lula..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em aceno à classe média, campanha petista estuda reajuste da tabela do IR..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O "sigilo de 100 anos" e os reais desafios para superá-lo (Artigo)..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bondades eleitorais na conta do Tesouro (Artigo)..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para cortar gastos, rainha da Dinamarca tira títulos de netos - HISTÓRIAS DO MUNDO
..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras sofre pressão para segurar preços até o 2º turno..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Cresce demanda por precatório para negociar dívida com União	19
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
Tebet critica omissão, cobra propostas e declara voto em Lula, que atrai FHC	22
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O racha e o inevitável - CELSO MING	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Bolsonaro evita responder se em um 2º mandato manteria Guedes	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Educação, Ciência e Saúde sofrem os maiores cortes	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Produção industrial recua 0,6% em agosto, diz IBGE	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Serviços puxam indicador de emprego, indica FGV	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Brasil pode ir bem no cenário global, se tiver investimento	31

Ataques aos nordestinos se multiplicam nas redes sociais



Leonardo, disse que vai haver processo disciplinar, cujas penas vão da advertência até a expulsão.

Comparando o primeiro semestre deste ano com o de 2021, a organização já havia observado aumento de 520,6% nas denúncias de xenofobia: pulou de 358 para 2.222 este ano.

A central da ONG de proteção aos Direitos Humanos Safernet Brasil recebeu cerca de 14 denúncias de xenofobia por hora na última segunda-feira. Ao todo, foram 348 registros no dia após o primeiro turno das eleições. O número quase supera o total de reclamações registrado nos primeiros seis meses do ano passado (358). No domingo, dia do pleito, foram registradas 10 denúncias.

Uma onda de ataques a nordestinos nas redes sociais se estabeleceu conforme a apuração dos votos mostrou o favoritismo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos nove estados que compõem a região. As mensagens partiam principalmente de perfis anônimos, mas que se identificam como apoiadores de Jair Bolsonaro (PL), e reduziam o Nordeste a uma imagem de pobreza e subdesenvolvimento.

Ontem, viralizou um vídeo no qual a advogada Flávia Moraes, então vice-presidente da Comissão da Mulher da OAB de Uberlândia (MG) - depois da repercussão, ela deixou o cargo -, ataca os nordestinos e diz que vivem de migalhas.

"Nós que geramos empregos, nós que pagamos **impostos**, vocês sabem o que a gente faz? Nós gastamos o nosso dinheiro lá no Nordeste. Não vamos fazer isso mais. Vamos gastar dinheiro com quem realmente merece. A gente não vai mais alimentar quem vive de migalhas. Vamos gastar nosso dinheiro no Sudeste, no Sul ou fora do país", disse, ao lado de duas amigas. O presidente da OAB/MG, Sérgio

Economia vai afetar comércio e pobreza

Fernanda Strickland

A Organização Mundial do Comércio (OMC) prevê que o comércio global deverá crescer apenas 1% em 2023, o que representa uma desaceleração em comparação à previsão de 2022, de 3,5%. A OMC também previu que o **PIB** mundial a taxas de câmbio do mercado aumentará 2,8% em 2022 e 2,3%, em 2023.

Segundo documento publicado ontem, as crises da economia global são responsáveis por essa desaceleração. Contribuem para a desaceleração a guerra da Ucrânia, que provoca alta no preço da energia após sanções à Rússia; o aperto da política monetária para o controle da **inflação** por parte do Federal Reserve - o que deverá influenciar gastos como habitação, veículos e investimentos fixos; e os contínuos surtos de covid-19 na China.

Segundo o economista e consultor político Vinícius do Carmo, o Brasil contribui pouco para o crescimento do comércio internacional. "Nossa participação no **PIB** mundial é maior que nossa participação no comércio mundial, e essa falta de conexão nas cadeias globais de comércio é um dos gaps do nosso desenvolvimento", explica. "Com a sinalização da diminuição na previsão do comércio global, a expectativa nacional é ter ainda mais dificuldade em se conectar a essas cadeias globais", analisa.

O economista considera que o Brasil está bem posicionado como fornecedor de commodities, mas ainda importa pouco para processamento desses produtos. Proporcionalmente, observou do Carmo, o Brasil poderia almejar uma melhora na pauta exportadora, incluindo itens de maior valor agregado. "Em decorrência da pandemia e da guerra na Europa, a tendência é de que as economias iniciem um ciclo mais fechado, com menores taxas de importação, e mais voltadas "para dentro". Isso também ocorrerá com o Brasil, dificultando nossa eventual progressão na pauta de exportação e importação", avalia o especialista.

Bens e serviços

A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, explicou que é preciso estabelecer uma base mais profunda, mais diversificada e menos concentrada para a produção de bens e serviços. "Também devemos impulsionar o crescimento econômico. Isso contribuirá para a resiliência da oferta e a estabilidade de preços de longo prazo, mitigando a exposição a

eventos climáticos extremos e outras interrupções", disse.

A diretora-geral da OMC alertou, ainda, que é uma resposta tentadora recorrer a restrições comerciais para combater a vulnerabilidade da oferta. "Uma redução das cadeias de suprimentos globais só aprofundará as pressões inflacionárias, levando a um crescimento econômico mais lento e à redução dos padrões de vida ao longo do tempo", alertou a diretora-geral da OMC.

Pobreza extrema

Em outro **comunicado** sobre a conjuntura global, o Banco Mundial divulgou projeções econômicas. Segundo a instituição, é improvável que o mundo atinja a meta de acabar com a pobreza extrema até 2030. Estudo divulgado pelo banco conclui que a crise da covid-19 causou o maior revés nos esforços globais de redução da pobreza desde 1990, e a guerra na Ucrânia ameaça agravar a situação.

O mais recente Relatório de Pobreza e Prosperidade Compartilhada do Banco Mundial estima que a pandemia empurrou cerca de 70 milhões de pessoas para a pobreza extrema em 2020. É o maior aumento em um ano desde que o monitoramento começou em 1990.

Como resultado, cerca de 719 milhões de pessoas subsistiam com menos de US\$ 2,15 por dia até o final de 2020. "O progresso na redução da pobreza extrema parou essencialmente em conjunto com o crescimento econômico global moderado", lamentou disse o presidente do Banco Mundial, David Malpass.

Da escravidão aos frigoríficos (Artigo)

LEOMAR DARONCHO Procurador do Trabalho

Em Escravidão, Laurentino Gomes afirma que nenhum outro assunto foi tão definidor na construção da identidade brasileira quanto a escravidão, sinônimo de trabalho árduo, violências, humilhações, exploração e discriminação. A observação permite o cotejo com um setor que segue em condições muito precárias, no século 21. Interiorizados, os frigoríficos empregam, com baixos salários, os mais vulneráveis, inclusive imigrantes haitianos, senegaleses e bolivianos. O setor se destaca nos acidentes, doenças e mortes no trabalho, com 90 ocorrências por dia. Dados do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho (MPT/ OIT) indicam aumento nas mortes no trabalho de abate e fabricação de produtos de carne.

Foram 40 óbitos em 2021, contra 30, em 2020.

Anteriormente, a atividade registrava 16 óbitos anuais, em média.

Com 20 mil acidentes de trabalho em 2021, o setor produz um exército de sequelados e incapacitados.

Destaque para lesões por cortes, amputações, lacerações e esmagamentos, que atingem dedos, mãos, braços, ombros, cabeça e o aparelho respiratório, embora o governo admita a forte subnotificação, pois muitos casos reconhecidos pelo **INSS** não têm a emissão da CAT - Comunicação de Acidentes de Trabalho - pelas empresas. Dados oficiais apontam a correlação dos transtornos maternos com o ambiente de trabalho em abatedouros, e o setor emprega muitas mulheres. Relatos recentes da imprensa revelam a tragédia humana de eventos que ceifam a vida de brasileiros num trabalho penoso e árduo, marcado pela exploração.

Em 25/2/2021, o técnico eletromecânico Itamar (45 anos) morreu em São José/SC. Escorregou e ficou preso pelo pescoço no helicóide do sistema de refrigeração (superfícies úmidas e gordurosas). Em 29/8/2021, morreu o mecânico Rodrigo (37 anos). Caiu numa misturadora de hambúrgueres, em Dourados/MS (operações temerárias são feitas com equipamentos ligados).

Em 30/11/2021, Jorge 26 (anos) morreu ao cortar a própria artéria femoral, em Araguaína/TO (o manuseio de facas ocorre em espaço reduzido e ritmo intenso).

Em 20/5/2022, o estoquista Marcus (28 anos) morreu prensado entre dois equipamentos, em Promissão/SP (ritmo e espaços confinados são fatores de risco). Em 16/6/2022, Jeferson (26 anos) sofreu queimaduras fatais em Votuporanga/ SP. Em 17/9/2022, Antônio e João morreram limpando a caixa de inspeção de esgoto, em Leme/ SP. Um terceiro trabalhador desmaiou e foi socorrido (exposição a gases letais em espaço confinado). Em 18/9/2022, Antônio (36 anos) foi vitimado pelo vazamento de amônia do sistema de refrigeração, em Rio Verde/GO. O mesmo evento levou ao hospital 11 operários, um deles na UTI.

A pesquisa de Laurentino Gomes descreve as etapas do comércio de cativos, mão de obra para as fazendas do império e para as minas de ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A captura, a negociação e o transporte trouxeram ao Brasil, em três séculos e meio, cerca de 4,9 milhões de africanos. A média de mortos, jogados ao mar, era de 14 por dia. Entre os trabalhadores escravizados, a expectativa de vida era de 18,3 anos. A crueldade dos depósitos de escravizados na costa africana, enquanto aguardavam o embarque, é apresentada com o cálculo econômico dos exploradores.

No entreposto negreiro inglês de Cape Coast Castle (litoral de Gana), os porões da fortaleza confinavam até 1.500 cativos. No espaço insalubre, era alta a taxa de mortalidade. O relato de um médico, em 1718, recomendava: separar doentes; conter infiltrações; impedir que dormissem no chão; escoar o esgoto; limpar e fumigar o espaço. As sugestões foram ignoradas num cálculo econômico. A fatura de cativos - "peças" baratas - inviabilizava o investimento.

Passados 300 anos, poucas atividades humanas concentram tantos fatores de risco quanto os frigoríficos, atividade com alta rotatividade, em que se dá o descarte de operários, enviados para hospitais, cemitérios ou **INSS**, realidade sintetizada no slogan: "A carne mais barata do frigorífico é a do trabalhador".

O estudo da nossa história ajuda na compreensão da lógica econômica de tão precária atividade. Impõe-se uma guinada na retórica que, ignorando a ciência e a saúde dos trabalhadores, vem investindo na fragilização das normas de proteção, como as que limitam o ritmo e exigem pausas de descanso. É urgente a adoção de uma pauta positiva, que dê atenção às mulheres e limite a duração do trabalho no setor, com base em parâmetros civilizados.

Congonhas pode voltar a receber voos internacionais

Rafael Bitencourt De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187349?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187349?page=1§ion=1

Endividamento pode travar recuperação (Editorial)



Maior consumo será essencial para a retomada econômica prosseguir e ganhar impulso, mas a maior parte das famílias está endividada e com dificuldade para pagar as contas. Candidatos à Presidência deveriam estar muito atentos a esse problema. Promessas de crescimento em 2023 serão frustradas, se os consumidores continuarem sufocados, especialmente num quadro de juros muito altos e crédito escasso. Em agosto, 79 em 100 famílias tinham dívidas a vencer. Além disso, 29,6% estavam com débitos em atraso e 10,8% se declaravam sem condições de pagar. Esses números, levantados em pesquisa mensal, foram divulgados em setembro pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Os endividados eram 72,9% em agosto de 2021 e 25,6% tinham contas em atraso. As condições do mercado de trabalho, com informalidade muito alta, subutilização da mão de obra, desemprego elevado e em redução muito lenta são uma parte importante da explicação.

A **inflação** e os juros muito altos também ajudam a entender as dificuldades.

O desarranjo dos preços continua comprometendo o poder de compra dos consumidores, mesmo com a transferência de renda para os mais pobres e alguma melhora do mercado de trabalho, segundo a análise publicada pela CNC. A inadimplência pouco variou entre abril e junho, quando as famílias foram beneficiadas com recursos extras do FGTS e antecipação do 13.º pagamento do **INSS**. Mas os números voltaram a crescer a partir de julho.

A evolução das vendas e a avaliação do quadro pelos empresários combinam com os problemas vividos pelas famílias. Em julho, as vendas no varejo total foram 0,7% menores que em junho e 6,8% inferiores às de um ano antes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O volume vendido em 12 meses foi 1,9% menor que o do período imediatamente anterior.

Em julho, 9 das 10 atividades do varejo ampliado tiveram variação negativa em relação ao mês anterior.

Em 12 meses, a redução das vendas acumuladas ocorreu em 5 dos grandes conjuntos.

Com a redução do desemprego, a transferência de recursos às famílias e o aumento da mobilidade dos consumidores, o Índice de Confiança dos Empresários do Comércio chegou a subir 5,2% em um ano, até setembro, de acordo com a CNC. Nos últimos dois meses, no entanto, a percepção mudou e em setembro o índice recuou 2,6%. A avaliação das condições atuais piorou 7,1% e o nível das expectativas baixou 0,2%.

Essa mudança afetou os planos de contratação de pessoal (-3,5%) e de investimentos na empresa (-4,1%). O último levantamento mostrou o indicador de confiança do comerciante 2,7 pontos abaixo do nível anterior à pandemia.

Como o desempenho da indústria também tem sido fraco, os desafios econômicos para o atual e para o próximo governo permanecem muito graves. Em julho a produção industrial superou por 0,6% a do mês anterior, mas ficou 0,8% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, último mês anterior à primeira onda de covid-19.

A recuperação da pandemia é uma tarefa incompleta. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Educação é a mais afetada por bloqueio no Orçamento

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221006>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221006>

"Lula é favorito, mas mercado quer vê-lo ao centro"

FELIPE RAU/ESTADÃO-16/5/2022



Ramos diz que falta clareza sobre a política econômica do PT

ALINE BRONZATI NOVA YORK CÍCERO COTRIM SÃO PAULO

ENTREVISTA: Alberto Ramos, Economista, Alberto Ramos é diretor de Pesquisa Macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs

O Goldman Sachs, um dos gigantes de Wall Street, vê o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como favorito para vencer as eleições no Brasil, apesar da margem apertada ante o seu rival, o presidente Jair Bolsonaro (PL), no primeiro turno. No entanto, há uma expectativa de que o petista se mova mais ao centro e detalhe suas propostas sob a ótica econômica e, em especial, sobre a questão fiscal, de acordo com o diretor de Pesquisa Macroeconômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

"O Lula fez uma campanha muito do tipo "acredite em mim, você me conhece e eu não preciso dizer o que vou fazer".

Basicamente, a gente não sabe quem vai ser o próximo ministro da Fazenda. A gente sabe que o PT e o Lula não gostam do teto de gastos, mas ninguém se deu ao trabalho de formular o que seria o substituto", diz o economista, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Acompanhe os principais trechos da entrevista: Qual a

sua avaliação do primeiro turno das eleições?

Acho que o presidente Lula ainda é o favorito, dado que ficou muito próximo dos 50% e precisa converter apenas uns 20% dos votos que foram para outros candidatos, assumindo que não perde nenhum dos que votaram nele no primeiro turno e que, quem não votou, não votará também no segundo turno.

O que se espera agora dos candidatos em termos de posicionamento?

Bolsonaro excedeu o que as pesquisas mostravam, e isso pode energizar um pouco a base.

Os governadores que foram eleitos no primeiro turno podem ter um papel significativo na campanha, principalmente em Minas e no Rio. E Bolsonaro também tem a favor o fato de que vamos continuar a ter uma sequência de números negativos de inflação.

E ele ainda pode turbinar um pouco mais os benefícios sociais, como vimos com o anúncio do 13.º do Auxílio Brasil para mulheres.

E no caso de Lula?

Há uma expectativa no mercado de que Lula tenha de se mover um pouco mais ao centro.

Eu acho que ele já se moveu bastante ao centro, pelo fato de ter escolhido Alckmin como vice-presidente e por todo o posicionamento político e retórico, fazendo o apelo forte ao voto útil. Acho que não há muito mais o que extrair dessa estratégia, porque mais ao centro já vira quase direita. Mas Lula fez uma campanha muito do tipo "acredite em mim, você me conhece e eu não preciso dizer o que vou fazer". Basicamente, a gente não sabe quem vai ser o próximo ministro da Fazenda.

A gente sabe que o PT e o Lula não gostam do teto de gastos, mas ninguém se deu ao trabalho de formular o que seria o substituto. A gente não sabe que tipo de reforma tributária o PT vai perseguir, se vai ou não tentar aprovar uma reforma administrativa.

Pode ser que, neste contexto de uma eleição mais competitiva, a campanha resolva dar um pouco mais de especificidade a algumas das propostas. Ou não.

Eu não espero que vão anunciar quem será o ministro da Fazenda.

Há preocupação com o teto de gastos, independentemente do vencedor. Os dois candidatos ainda têm mais a sinalizar nessa área?

Os estudos que vieram a público, elaborados pela Secretaria de Política Econômica - que são servidores, não são necessariamente membros do bolsonarismo e podem continuar num próximo governo Lula -, são de um teto que se parece muito com o de hoje, mas que sobe um pouco o gasto em termos reais. Do lado do PT, não tem nenhuma clareza. Eu me encontrei com gente do PT, e o que eu ouvi é que o teto tem de ser "flexível, simples, crível e contracíclico" e que, além disso, deixe espaço para aumentar o investimento público, que tem sido muito baixo nos últimos anos, e para perseguir políticas redistributivas.

Parece, nessa caracterização muito abstrata, um teto que limita pouco. É muito mais fácil dizer quais são as características de uma boa âncora do que formular qual é esse teto exatamente.

A composição do Congresso eleito muda as expectativas para a agenda de reformas e a política fiscal de um novo governo?

Acho que esse Congresso, com maior representação de centro- direita, pode resistir mais a determinados tipos de políticas como o aumento da carga tributária, imposto sobre riqueza, coisas desse gênero. Mas é um Congresso muito fluido, e os partidos não têm identidade ideológica e programática muito forte. Talvez, se Lula for eleito, vai encontrar um Congresso um pouco mais aguerrido.

Um cenário de Lula eleito, com um Congresso mais conservador, seria bom?

Seria bom que quem viesse a ser eleito tivesse governabilidade.

Eu acho que, seja Bolsonaro, seja Lula, eles vão ser capazes de compor uma base política no Congresso, mas nenhum deles vai ser capaz de ter uma base política que seja muito estável ou muito fiável. Acho que, tendo um Congresso que funciona como uma barreira de contenção a propostas mais extremas e radicais, eventualmente vindo de um governo do PT, é bom. É algo que o mercado veria com bons olhos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O ICMS na mão da população mais pobre (Artigo)

RENATA MENDES, MARINA THIAGO E FERNANDA DE MELO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Empresariado cobra propostas e âncora fiscal de Lula

**JOÃO SORIMA NETO, CÁSSIA ALMEIDA, BRUNO ROSA
E GLAUCE CAVALCANTI**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221006>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221006>

Em aceno à classe média, campanha petista estuda reajuste da tabela do IR

Andréa Jubé e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187349?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187349?page=1§ion=1

O "sigilo de 100 anos" e os reais desafios para superá-lo (Artigo)

Mareio Cunha Filho, Professor do IDP-DF e auditor federal da Controladoria-Geral da União Gregory Michener, Professor da FGV-Ebape e fundador do Programa de Transparência Pública

O sigilo governamental tem um longo legado no Brasil e voltou a ocupar espaço de destaque nesta eleição. Na teoria, a Lei de Acesso à Informação (LAI) determina que a transparência é a regra, e o sigilo, a exceção. Contudo, no governo Jair Bolsonaro (PL), o abuso político do sigilo impôs grandes limitações ao direito dos cidadãos de eliminar segredos. Apesar da promessa de seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de "revogar os sigilos de 100 anos" **impostos** por autoridades do governo Bolsonaro, desfazê-los exige mais do que simplesmente emitir um decreto presidencial.

O sigilo é constituído por processos administrativos, e sua revogação somente acontece por meio do mesmo procedimento. Quando Lula fala dos "sigilos de 100 anos", ele está se referindo especialmente a decisões tomadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e outros órgãos do Executivo. Essas decisões legitimaram o segredo de várias informações, como o processo disciplinar instaurado contra o então ministro da Saúde e deputado federal eleito, Eduardo Pazuello (PURJ), e os registros de entrada e saída do Palácio do Planalto. Trata-se, portanto, de decisões tomadas em procedimentos administrativos com autoridades decisórias especificadas em lei e, por isso, o presidente da República não tem o poder de desconstituí-las por meio de um decreto.

Quais seriam, então, os instrumentos adequados para desconstituir esses segredos? A resposta está no fortalecimento do próprio procedimento por meio do qual informações estatais se tornam públicas. Veja-se o que ocorreu no caso Pazuello: quando o processo chegou à CGU, a área técnica do órgão elaborou um parecer longo e detalhado, argumentando que a informação deveria ser considerada pública. Contudo, a área política da instituição divergiu, afirmando que, no caso do Exército, existe uma lei que excepciona a transparência.

Esse caso evidencia os desafios futuros. Em primeiro lugar, não houve exatamente um sigilo de 100 anos. Na verdade, a decisão da CGU no caso Pazuello determina um sigilo eterno, pois não há prazo de

extinção para sigilos determinados por lei. Em segundo lugar, não é possível que Lula, se eleito, revogue por decreto decisões tomadas a partir de procedimentos estabelecidos em lei.

Juridicamente, a forma mais correta seria retomar esses processos administrativos; contudo, reforçando - se a opinião técnica do órgão, não atribuindo o poder decisório final a autoridades indicadas politicamente. No caso dos registros de entrada e saída do Palácio do Planalto, as informações foram "classificadas" como "reservadas", o que praticamente impede qualquer procedimento de revisão do segredo.

É preciso reforçar a independência da CGU. A indicação das autoridades máximas desta instituição está nas mãos do presidente e, portanto, a autonomia depende de sua boa vontade. Além de mudar o processo de indicação, a solução é assegurar que a CGU seja guiada por agentes políticos comprometidos em respeitar as opiniões técnicas. A transparência é a base da democracia. Há muito em jogo.

[...] Juridicamente, a forma mais correta seria retomar esses processos administrativos; contudo, reforçando - se a opinião técnica da Controladoria-Geral da União, não atribuindo o poder decisório final a autoridades indicadas politicamente

Mareio Cunha Filho, Professor do IDP-DF e auditor federal da Controladoria-Geral da União

Gregory Michener, Professor da FGV-Ebape e fundador do Programa de Transparência Pública

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

56

Bondades eleitorais na conta do Tesouro

(Artigo)

Com promessas eleitorais estimadas em R\$ 158,6 bilhões, o presidente Jair Bolsonaro converteu o Orçamento- Geral da União em orçamento de campanha, mas sem explicar de onde sairá o dinheiro para financiar todas essas bondades. Os compromissos incluem, por exemplo, a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600, embora o projeto da lei orçamentária indique o valor de R\$ 405. Se a isso for adicionado o 13.º pagamento a mulheres chefes de família, só o Auxílio imporá ao Tesouro um gasto adicional de R\$ 77,2 bilhões. Ao oferecer tantos benefícios em troca de votos, o candidato à reeleição mostrou-se, mais uma vez, irresponsável na gestão de recursos oficiais, incapaz de separar seus interesses dos interesses públicos e totalmente despreparado para as funções de governo.

Se for reeleito, terá novamente que recorrer a improvisos para compensar os desarranjos orçamentários. Improvisar soluções, até por meio de injustificáveis propostas de emendas constitucionais, foi uma das marcas mais visíveis de seu desastroso mandato. Terá de recorrer, mais uma vez, à cooperação de seu sempre obediente ministro da Economia, Paulo Guedes, frequentemente omisso diante dos muitos desmandos presidenciais.

Se for derrotado, deixará um legado sinistro a seu sucessor. Dificultará severamente seu início de mandato e prejudicará, como sempre, muitos milhões de brasileiros, já afetados pelas más condições do emprego, pelos altos preços da comida, pelo endividamento e pelo crédito muito caro. Poderá complicar-se ainda mais quem se deixar atrair por outra bondade, o empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil.

Algumas promessas formuladas pelo presidente seriam mais facilmente justificáveis em outras circunstâncias.

A correção da tabela do Imposto de Renda deve servir, normalmente, para neutralizar efeitos da **inflação** e impedir a elevação da carga tributária. Governantes deveriam efetuar essa correção de forma rotineira, prevendo seus efeitos, também rotineiramente, na gestão orçamentária. Convertida em bondade eleitoral, essa providência gera um custo fiscal extraordinário, agora estimado em R\$ 17 bilhões.

A promessa de atualização da tabela, formulada na campanha de 2018, só foi lembrada, para fins práticos, no fim de mandato do presidente eleito naquele ano. Não é essa, obviamente, a forma saudável de administrar as contas oficiais - nem para o Tesouro, nem para os contribuintes do Imposto de Renda, nem para os demais brasileiros, muito prejudicados quando o desarranjo fiscal afeta serviços essenciais.

No atual mandato, áreas fundamentais, como educação, ciência e tecnologia, foram danificadas de forma direta pela orientação política do presidente Bolsonaro, independentemente das condições fiscais. No futuro mandato, poderão ser afetadas pelos desajustes orçamentários agora produzidos.

Se o inquilino do Palácio da Alvorada for o mesmo de hoje, o mau funcionamento daqueles setores será mera continuação do quadro atual. Se o inquilino for outro, os desacertos fiscais produzidos neste ano tornarão bem mais difícil a recuperação daquelas áreas. Isso resultará, em termos bem prosaicos, em maior atraso na formação de capital humano e, portanto, em maior dificuldade para o retorno ao caminho do desenvolvimento.

A herança fiscal inclui a prorrogação de bondades tributárias. Deverá ser mantida a redução de **impostos** e de contribuições sobre combustíveis, com custo previsto de R\$ 52,9 bilhões.

Tomadas para conter o impacto da alta internacional dos preços dos combustíveis, agravada pela supervalorização do dólar, essas medidas foram concebidas para disfarçar a **inflação** e agradar a uma parte do eleitorado. Pouco beneficiaram, no entanto, a população mais pobre, mais pressionada pelo custo dos alimentos. Aumentada e mais exposta à fome, essa população empobrecida será um dos legados para o novo período presidencial. Se o presidente eleito quiser socorrê-la, terá de enfrentar um orçamento desarrumado. Com muito esforço e alguma sorte, o ano de 2024 poderá ser mais promissor.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20221006>

Para cortar gastos, rainha da Dinamarca tira títulos de netos - HISTÓRIAS DO MUNDO



Medida foi necessária para manter a monarquia, diz rainha

HISTÓRIAS DO MUNDO

A decisão da rainha Margarida II, da Dinamarca, de despir quatro netos de seus títulos de príncipe ou princesa abriu um debate público que não foi capaz de fazê-la mudar de ideia. Ela afirmou que seu anúncio estava "em linha" com manobras para reduzir os quadros das monarquias na Europa. Os destituídos de sangue azul deixaram clara sua decepção.

Caçula e segundo filho da rainha, o príncipe Joaquim lamentou ter sido avisado com cinco dias de antecedência que seus filhos não teriam mais os títulos reais. "Dizer aos meus filhos que, no ano-novo, sua identidade lhes será furtada?", disse ele à imprensa dinamarquesa.

"Por que eles devem ser punidos assim?"
OBRIGAÇÕES. Nicolau, de 23 anos, que perdeu o título de príncipe e trabalha como modelo, disse que sua família estava "triste", "em choque" e "confusa".

Logo depois, Margarida reconheceu que havia "subestimado" a maneira como os netos se sentiriam. "Isso deixa uma marca profunda e, por isso, me desculpo", afirmou.

Contudo, ela defendeu sua decisão, descrevendo os cortes como "necessários para a manutenção da monarquia no futuro".

Seu decreto destituiu seus netos de obrigações da realeza a partir de janeiro, mas os quatro manterão suas posições de sucessão ao trono. Ainda que muitos europeus vivendo em monarquias ainda tenham opinião positiva sobre as famílias reais, com alguns membros tornando-se celebridades, questões a respeito das finanças da realeza se intensificaram.

SOBREVIVÊNCIA. Os membros das famílias reais que sobrevivem na Europa exercem pouca influência, a não ser em entidades de caridade e casamentos suntuosos, e os países têm arrastado essas instituições, reminiscências de uma história sangrenta e imagens de opulência e ostentação.

A manobra da rainha da Dinamarca segue o exemplo do rearranjo feito pelo rei da Suécia, em 2019, que removeu cinco de seus netos da casa real, o que significou que eles não se beneficiam mais do dinheiro dos impostos.

O novo monarca britânico, rei Charles III, disse querer os quadros da monarquia "reduzidos" para um núcleo de membros trabalhando em tempo integral para colocar a instituição no ritmo do século 21.

No funeral de Elizabeth II, o príncipe Harry e sua mulher Meghan, duquesa de Sussex, que se desligaram da vida real, causaram especulações a respeito de seus filhos obterem ou não títulos da realeza.

DECISÕES. Na Dinamarca, os quatro netos já não tinham salários do Estado. A família real dinamarquesa afirmou que apenas o herdeiro direto receberá salário, após uma indignação crescente a respeito da perspectiva de destinar dinheiro dos contribuintes para sua crescente lista de netos.

"É meu dever e meu desejo, enquanto rainha, garantir que a monarquia sempre se forje em função dos tempos", afirmou Margarida. "Às vezes, isso significa que decisões difíceis têm de ser tomadas." | WP, TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20221006>

Petrobras sofre pressão para segurar preços até o 2º turno

ANDRÉ BORGES BRASÍLIA | COLABOROU GABRIEL BUENO DA COSTA

Membros da diretoria da Petrobras receberam uma sinalização do governo Bolsonaro para que não haja reajuste no preço dos combustíveis até a realização do 2.º turno das eleições, em 30 de outubro. Essa pressão sobre a petroleira foi ampliada depois que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep+) anunciou o corte na produção de 2 milhões de barris de petróleo por dia a partir de novembro, o que já provocou alta dos preços no mercado internacional.

Esse é o maior corte desde abril de 2020, quando a pandemia de covid começou.

A investida do governo foi revelada pelo portal G1 e confirmada pelo Estadão. Em tese, pela atual política de paridade de preços, a Petrobras deveria repassar o aumento de custos com a compra do petróleo para os valores cobrados no mercado interno. O corte no preço dos combustíveis realizado nos últimos meses, porém, se transformou em bandeira política do presidente Jair Bolsonaro, que tenta a reeleição.

Em parte, a redução dos preços se deve ao corte de **impostos** nos Estados, já que o governo federal já tinha zerado suas alíquotas.

A razão principal, no entanto, que puxou os preços para baixo foi a queda do preço do petróleo, que oscilava até dias atrás em cerca de US\$ 87 o barril. Ontem, o do tipo Brent (que serve de referência para o Brasil) subiu 1,71% nos contratos para entrega em novembro, batendo em US\$ 93,37. Especialistas no setor veem risco de que, nos próximos dias, o preço suba para a casa dos US\$ 100.

Segundo o TD Securities, o corte anunciado pela Opep+ superou as expectativas, o que apoiou os preços negociados ontem. Já a analista Roberta Caselli, da Global X, afirmou que a redução na produção diária de petróleo pode renovar preocupações com a variação da **inflação**. O corte corresponde a cerca de 1% da oferta global da commodity.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cresce demanda por precatório para negociar dívida com União

Eduardo Cucolo são paulo

A utilização de precatórios federais em acordos de transação da dívida ativa com a União elevou a demanda de empresas e escritórios de advocacia por esses títulos. O deságio nas operações de cessão desses direitos tem ficado na faixa de 30% a 50%, segundo advogados tributaristas e empresas que participam desse mercado.

A Fazenda Nacional tem proposto aos contribuintes a possibilidade de uso desses direitos para abatimento de débitos com o governo.

Uma das vantagens de usar o precatório de terceiros nessas operações é que a empresa pode comprá-lo com deságio e abater a dívida pelo valor de face, o que gera, na prática, um desconto adicional para quitar a dívida com a União.

Em 2021, o Congresso aprovou a proposta do governo que alterou a Constituição para criar um teto para o pagamento de precatórios e RPVs (requisições de pequeno valor). Em dezembro de 2021, o estoque federal desses títulos somava R\$ 100 bilhões. Atualmente, está em R\$ 79 bilhões, segundo dados do Tesouro.

Antes da PEC, precatórios federais de qualquer valor eram negociados com deságio próximo de 80%. Após a mudança na Constituição, o desconto para grandes valores chegou a mais de 50%. O próprio governo propôs receber os precatórios com um deságio de 40% para quem não quiser ficar na fila de recebimento, mas esse dispositivo não foi regulamentado.

A emenda constitucional também prevê alternativas para o uso dos precatórios, como quitar débitos parcelados ou inscritos em dívida ativa, comprar imóveis públicos, pagar outorga de concessões ou adquirir participação societária em privatizações. A maioria das opções ainda depende de regulamentação.

O uso desses direitos para amortização de dívida tributária, incluindo juros e multa, já está previsto em lei. A Fazenda Nacional também regulamentou a utilização do precatório na transação tributária, que é a negociação direta com credores inscritos na dívida

ativa.

De acordo com a PGFN (Procuradoria-geral da Fazenda Nacional), admite-se a utilização de precatórios federais, próprios ou de terceiros, para amortizar ou liquidar o saldo devedor nessas negociações.

Antes da emenda, o mercado de precatórios federais era mais restrito, uma vez que todos os títulos emitidos em um ano tinham pagamento garantido no ano seguinte. Portanto, os descontos eram pequenos, afirma Pedro Siqueira Neto, sócio da área tributária do Bichara Advogados.

A aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios gerou incerteza sobre o prazo de pagamento e elevou o deságio. Principalmente para aqueles de alto valor, que estão no final da fila criada após a promulgação de duas emendas que trataram do tema.

"O mercado está mais aquecido, especialmente nas transações tributárias. Hoje, quando você inicia uma transação individual com a Procuradoria, um dos benefícios que ela põe na conversa é a possibilidade de utilização de precatórios. Com isso, você cria um mercado e cria também demanda", diz o sócio da área tributária do Bichara Advogados.

Ele afirma que em 80% das transações abre-se a oportunidade para utilizar o precatório, o que depende também do sucesso na negociação para aquisição desses direitos. Há também negociações com objetivo de utilizar precatórios federais para outros tipos de compensação tributária, como amortizar parcelamentos (Refis) em aberto.

"Até a emenda constitucional, não existia mercado de precatório federal, como tinha do municipal e estadual. Você não tinha deságio, porque ele era emitido em um ano e, no ano seguinte, era pago com certeza."

A advogada Mírian Lavocat, especialista em direito tributário, afirma ter recebido, mas recusado, propostas de aquisição dos precatórios pertencentes ao seu escritório, oriundos de honorários e taxa de sucesso em algumas ações.

Lavocat diz esperar um aquecimento maior do

mercado secundário diante da expectativa de regulamentação de outras formas de uso desses títulos. Também destaca a mudança que atrelou a correção desses direitos à taxa básica de juros, atualmente em 13.75% ao ano, o que garante rentabilidade de mais de 8% acima da **inflação** esperada.

"Não tenho interesse em vender os que eu tenho no escritório, de honorários de sucumbência e negociações com clientes no êxito. Eu vejo o aumento da Selic e vejo a possibilidade de negócio, especialmente para outorgas, aquisições societárias e pagamento de concessões, melhorar ainda mais o meu crédito."

A expectativa de pôr em prática o pagamento de outorga é outro ponto que tem despertado o interesse das concessionárias, que já começaram a realizar sondagens.

Daniel Costa, sócio-diretor da Mercatório, empresa especializada na negociação desses ativos, afirma que precatórios federais de maior valor, acima de R\$ 10 bilhões, por exemplo, voltaram a ser procurados para compensações tributárias de empresas.

Nesse caso, há preferência por aqueles que acabaram de ser expedidos e que não devem ser pagos antes de 2024, o que garante um desconto maior na aquisição.

Precatórios de menor valor e expectativa de pagamento mais rápido são demandados, principalmente, por fundos de investimento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

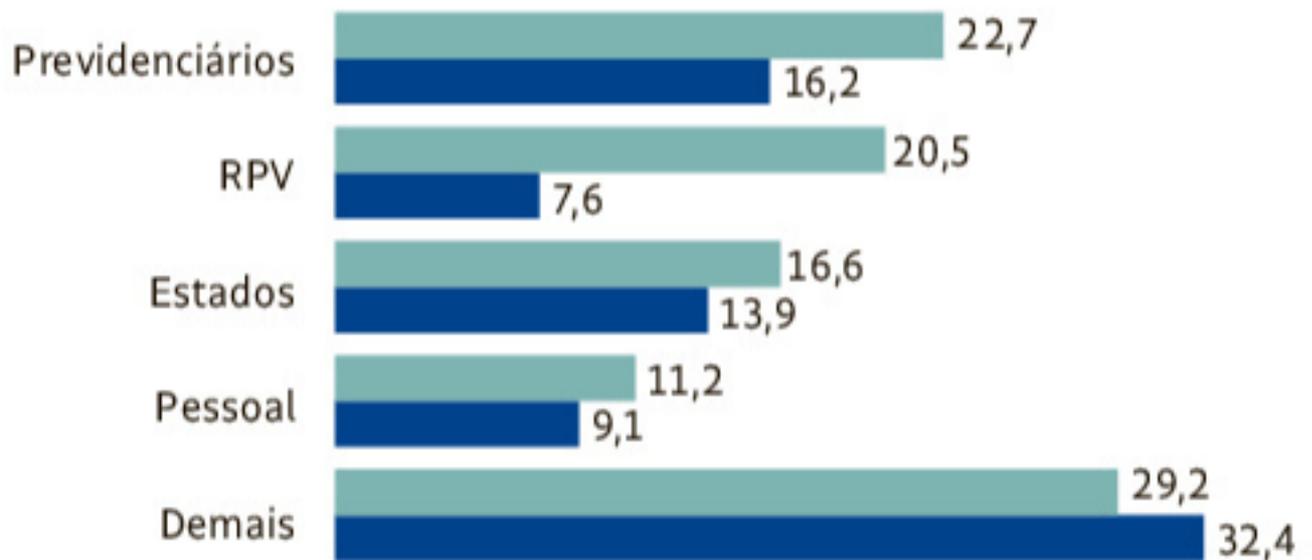
56

Estoque de precatórios federais soma R\$ 79,1 bi

Em R\$ bilhões

■ 31.dez.21

■ 31.ago.22



Fonte: Tesouro Nacional

Tebet critica omissão, cobra propostas e declara voto em Lula, que atrai FHC



Governador reeleito do Pará, Helder Barbalho (MDB) cumprimenta Lula em anúncio de adesão de parte do MDB à candidatura petista

Terceira colocada na primeira fase da corrida presidencial e representante do centro democrático, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) anunciou ontem voto no petista Luiz Inácio Lula da Silva, que ganhou também o apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A emedebista criticou a campanha pelo voto útil do primeiro turno sem a apresentação de um programa de governo ao País e, neste segundo turno, levou propostas ao PT, além de exigir respeito à responsabilidade fiscal.

"Depositarei nele (Lula) meu voto, porque reconheço o compromisso de Lula com a democracia e a Constituição.

O que não reconheço no atual presidente (Jair Bolsonaro, candidato à reeleição pelo PL)", afirmou Simone durante pronunciamento, em São Paulo.

A senadora recebeu 4,9 milhões de votos - 4,16% dos votos válidos. O apoio da senadora se dá enquanto o MDB, dividido, liberou diretórios e filiados a apoiarem Lula ou Bolsonaro.

"Peço desculpas aos amigos que imploraram a neutralidade com medo da perda de capital político, porque o que está em jogo é muito maior", disse Simone. "Não anularei meu voto, não cabe a opção da neutralidade." Como condição para o apoio, Simone disse ter exigido que a chapa de Lula e Geraldo Alckmin (PSB) trate de questões programáticas. "Meu apoio é por projetos que defendo e ideias que espero ver acolhidas.

Dentre tantas que julgo importantes, destaco cinco, tendo sempre a responsabilidade fiscal, âncora fiscal, como meio para alcançar o social", disse Simone. Hoje, o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação**, está sob ataque tanto

de Bolsonaro como de Lula, que já afirmou que vai revogá-lo.

MEDIDAS. A emedebista defendeu zerar filas na educação infantil e ensino médio técnico, além de uma poupança de R\$ 5 mil ao jovem que concluir o ensino médio; zerar as filas de cirurgias, consultas e exames com repasse de recursos ao SUS; resolver o problema do endividamento das famílias; sancionar lei que iguale salários entre homens e mulheres; e criar um Ministério plural, com homens, mulheres e negros, tendo competência como requisito.

As medidas foram levadas antecipadamente a Lula, durante um almoço com Alckmin na casa de Marta Suplicy.

Em entrevista para a Globo- News, após o discurso, a senadora declarou que estará "nas ruas e nos palanques".

Governadores e senadores também encontraram o petista ontem, entre eles aliados do MDB e PSD, quando o ex-presidente afirmou que as reivindicações de Simone "são totalmente possíveis de serem cumpridas".

"Então, está tudo resolvido.

Eu quero, inclusive, que a Simone viaje comigo. Nós temos candidaturas do MDB em alguns Estados e é importante que ela vá nesses comícios." O governador reeleito do Pará, Helder Barbalho (MDB), também anunciou apoio a Lula.

"Várias lideranças do MDB escolheram não apenas uma palavra, mas uma causa: a defesa da democracia", disse.

FATOR CIRO. Antes do anúncio de Simone Tebet, Lula já havia sinalizado, após reunião com o presidente do PDT, Carlos Lupi, que pretende conseguir o maior número de aliados até o dia 30 de outubro. "Vamos juntar os diferentes para vencer os antagonicos", disse o petista.

Anteontem, Ciro Gomes, quarto colocado no primeiro turno, afirmou seguir o partido, sem citar Lula.

"Eu conheço Ciro Gomes.

Ele foi meu ministro, nós almoçamos juntos, bebemos juntos, jogamos bola juntos. Ele é uma pessoa às vezes muito diferente do que ele é no palco de luta", disse. "A história do Ciro não é uma história de 3,5% de votos", disse Lula.

TUCANO. Nas redes sociais, FHC declarou voto em Lula.

"Neste segundo turno voto por uma história de luta pela democracia e inclusão social.

Voto em Luiz Inácio Lula da Silva", escreveu o ex-presidente.

A publicação do tucano, presidente de honra do PSDB, foi acompanhada de duas fotos dele com o petista, uma antiga e uma atual, e se deu um dia após o governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), anunciar "apoio incondicional" a Bolsonaro e Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Também nas redes sociais, Lula agradeceu rapidamente.

"Obrigado pelo apoio, FHC. Vamos juntos pela democracia. Um grande abraço!", escreveu.

Em seguida, compartilhou a publicação do tucano e agradeceu pelo "voto e confiança". "O Brasil precisa de diálogo e de paz."

Alianças Ex-presidente também recebe apoio de parte do PSD, de Kassab, que liberou filiados

A manifestação do ex-presidente é uma "trégua" na rivalidade histórica entre PT e PSDB. Outros quadros históricos do PSDB declararam voto em Lula, como o senador José Serra (SP) e o ex-senador Aloysio Nunes Ferreira.

No evento com senadores e governadores, Lula disse que deseja visitar FHC. "Não quero fotografia, gravação de nada, só visita humanitária de velhos companheiros", afirmou.

Lula disse ainda que só vai participar de um ou dois debates no segundo turno.

Palanques locais

I São Paulo Jair Bolsonaro: Tarcísio de Freitas (Republicanos) Lula: Fernando Haddad (PT) I Paraná Bolsonaro: Ratinho Jr. (PSD) Lula: sem palanque I Rio Grande do Sul Bolsonaro: Onyx (PL) Lula: busca aproximação com Eduardo Leite (PSDB) I Espírito Santo Bolsonaro: Carlos Manato (PL) Lula: Renato

Casagrande (PSB) I Alagoas Bolsonaro: Rodrigo Cunha (União) Lula: Paulo Dantas (MDB) I Amazonas Bolsonaro: Wilson Lima (PL) Lula: Eduardo Braga (MDB) I Bahia Bolsonaro: busca ACM Neto (União) Lula: Jerônimo (PT) I Pernambuco Bolsonaro: indefinido Lula: Marília Arraes (SD) I Sergipe Lula: Rogério Carvalho (PT) Bolsonaro: sem palanque I Santa Catarina Bolsonaro: Jorginho Mello (PL) Lula: Décio Lima (PT) I Rondônia Bolsonaro: Marcos Rogério (PL) I Distrito Federal Bolsonaro: Ibaneis (MDB) Lula: sem palanque

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20221006>

O racha e o inevitável - CELSO MING



CELSO MING

O Brasil sai destas eleições rachado ao meio. A única demonstração - previsível - de unidade nacional neste resto de ano será a proporcionada pela torcida para a seleção brasileira na Copa do Mundo do Qatar, em novembro.

Mas, para além das rachaduras, haverá uma inevitabilidade a enfrentar, qualquer que venha a ser o próximo governo. É a da necessidade da adoção de uma âncora fiscal, o grande tema ausente dos debates eleitorais, onde quase tudo ficou nas pauladas recíprocas.

O teto de gastos instituído durante o período **Temer**, em 2016, cumpriu seu papel, porque, de alguma maneira, conteve alguns excessos. Mas está abalado por orçamentos secretos e emendas do relator.

Certa redução da dívida bruta (veja o gráfico) ao longo do governo Bolsonaro só foi possível graças a dois fatores não recorrentes: à **inflação**, que aumentou a arrecadação, que se baseia nos preços; e ao adiantamento de receitas de dividendos das estatais, pagamentos de outorgas de concessões e devolução de dívidas do BNDES com o Tesouro Nacional.

Agora, para cobrir novas despesas eleitoreiras e de aliciamento de apoios, Bolsonaro passou uma palavra

de ordem curta e grossa à sua equipe econômica: "virem-se".

Há pouco mais de um mês, a área do ministro da Economia, Paulo Guedes, lançou o balão de ensaio da criação da meta cambial ou meta das reservas, uma esquisitice concebida para respaldar nova expansão dos gastos a serem cobertos pela queima do volume das reservas externas que excedesse a meta que viesse a ser determinada.

O candidato Lula já avisou que vai revogar o teto de gastos porque entende que "não funcionou". Não disse que âncora fiscal colocaria no lugar.

Nos bastidores, admite-se a adoção de uma certa política anticíclica, que também não se sabe o que é, mas que na formatação Dilma Rousseff, descambou nas pedaladas e no resto.

O equilíbrio das contas públicas não é uma exigência da ortodoxia monetária. É pressuposto para execução de qualquer política econômica, seja ela socialista, liberal, neoliberal ou, simplesmente, progressista.

O Estado precisa ter condições necessárias para investir e promover o desenvolvimento.

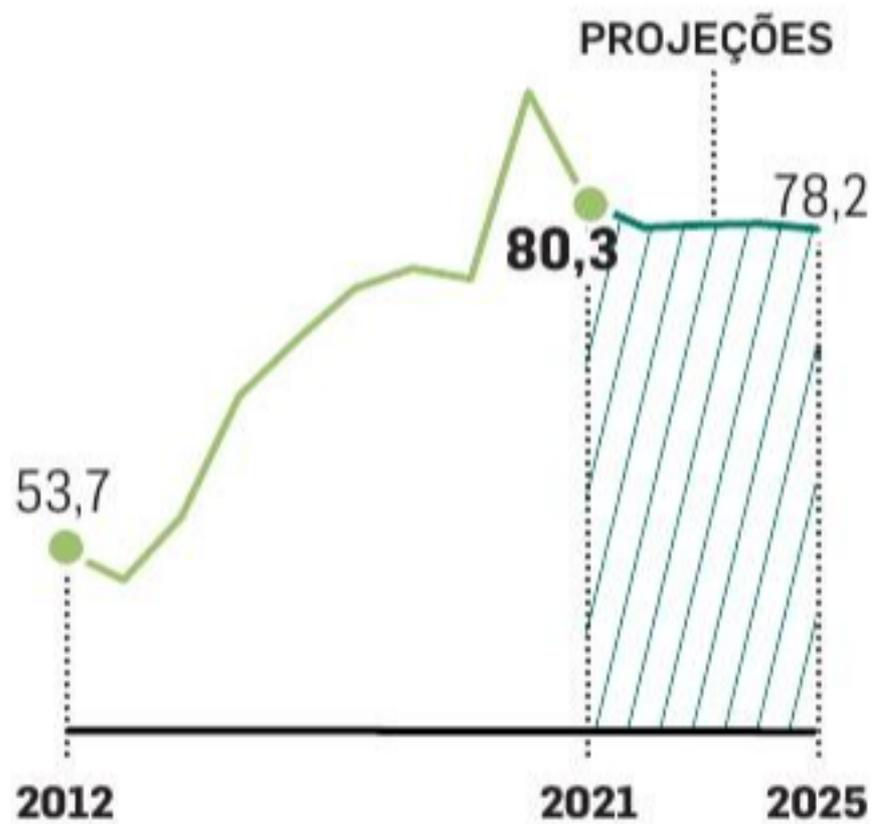
Mais despesas cobertas com mais dívida pública ou com mais emissões de moeda empurram a economia para a **inflação** e para perda de confiança e, nas curvas seguintes, para a ingovernabilidade.

Isso nada tem a ver com ideologia. É como funciona uma economia, seja de uma família, de uma empresa ou de um país. A alegação, tantas vezes repetida, de que "os outros estão pior do que nós" não derruba essa lógica

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SITUAÇÃO FISCAL

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA BRUTA PÚBLICA
BRASILEIRA, EM PORCENTAGEM DO PIB



FONTES: BCB E TESOIRO NACIONAL/
INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Bolsonaro evita responder se em um 2º mandato manteria Guedes

IANDER PORCELLA BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro (PL) evitou ontem responder de forma direta se o ministro da Economia, Paulo Guedes, continuaria à frente da pasta em um eventual segundo mandato.

Questionado, Bolsonaro elogiou o ministro e disse que ele mereceria um Prêmio Nobel.

Após a imprensa insistir na pergunta, o candidato à reeleição encerrou a coletiva no Palácio da Alvorada.

"Olha, o Paulo Guedes é um exemplo de gestão no momento mais difícil da história do Brasil. Não perdemos emprego em 2020 e 2021, muito pelo contrário. Todo mundo pensava que em 2020 a gente ia cair 10% (em termos de **PIB**), e caímos 4%. Tomou medidas fantásticas.

Costumo dizer que a grande vacina para a economia foi em 2019, com a lei da liberdade econômica", respondeu.

"Um homem que age dessa maneira é uma bênção de Deus. Durante momentos difíceis, teve gente que criticou muito o Paulo Guedes. Alguns queriam que eu trocasse de ministro.

Eu falei "jamais vou trocar de paraquedas depois de sair do avião". Então, o Paulo Guedes merece respeito da nossa parte, consideração, merece um Prêmio Nobel de Economia.

Assim como Roberto Campos (Neto, presidente do Banco Central) tem recebido elogios no mundo todo", emendou o chefe do Executivo.

Bolsonaro, então, disse que "abriu mão de poder" durante seu governo. "Eu abri mão do Banco Central. Você, com a indicação do Banco Central, pode ir para o lado do bem ou o lado do mal. Pode defender interesses mais variados possíveis", declarou, em referência à autonomia do BC aprovada no Congresso durante seu governo.

Ao ser questionado pela segunda vez sobre a permanência de Guedes em caso de reeleição, Bolsonaro encerrou a coletiva que concedia ao lado do governador reeleito do Paraná, Ratinho Junior (PSD),

que foi à residência oficial para declarar apoio a Bolsonaro no segundo turno da eleição. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Educação, Ciência e Saúde sofrem os maiores cortes

EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

Apesar das promessas do presidente Jair Bolsonaro de liberar mais dinheiro na reta final da campanha, o governo vai para o segundo turno das eleições com um bloqueio de R\$ 10,5 bilhões no Orçamento deste ano, que o Ministério da Economia ainda não detalhou. Na última sexta-feira, o Planalto foi obrigado a editar um decreto com contingenciamento adicional de R\$ 2,6 bilhões e até o momento não há nenhuma palavra da equipe econômica sobre quais órgãos foram atingidos.

Pelas contas da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, a Educação seria a área mais afetada pelos bloqueios de recursos em 2022 para o cumprimento do teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**. A pasta continua com R\$ 3 bilhões do Orçamento deste ano indisponíveis para serem utilizados.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), R\$ 763 milhões dos recursos bloqueados seriam destinados a universidades federais.

A associação avalia a situação como "gravíssima". "Este novo contingenciamento coloca em risco todo o sistema das universidades", diz em nota.

Depois da Educação, segundo a IFI, vem o Ministério de Ciência e Tecnologia, cuja verba para pesquisas segue bloqueada em R\$ 1,722 bilhão. Saúde e Desenvolvimento Regional seguem com contingenciamentos de R\$ 1,570 bilhão e R\$ 1,531 bilhão, respectivamente.

A Defesa completa a lista de bloqueios bilionários, com R\$ 1,088 bilhão indisponível.

Outros ministérios com contingenciamentos significativos neste ano são os da Agricultura (R\$ 534 milhões), da Cidadania (R\$ 227 milhões) e da Infraestrutura (R\$ 216 milhões).

Dos R\$ 10,5 bilhões que seguem bloqueados, metade dos valores foi destinada aos órgãos por meio do orçamento secreto e de emendas de comissão, com R\$ 5,253 bilhões contingenciados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Produção industrial recua 0,6% em agosto, diz IBGE

I DANIELA AMORIM

A indústria brasileira voltou a ficar no vermelho em agosto. A produção do setor encolheu 0,6% em relação a julho, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de julho para agosto, houve redução em oito dos 26 ramos pesquisados, com destaque para as perdas em derivados de petróleo e biocombustíveis (-4,2%), produtos alimentícios (-2,6%), indústrias extrativas (-3,6%) e produtos têxteis (-4,6%). Na direção oposta, das 18 atividades com expansão, os destaques foram veículos (10,8%), máquinas e equipamentos (12,4%) e outros produtos químicos (9,4%).

Pela pesquisa do IBGE, em agosto o setor industrial estava 1,5% abaixo de fevereiro de 2020, período anterior à pandemia, e 17,9% aquém do nível recorde alcançado em maio de 2011.

"De modo geral, a indústria vem andando de lado desde meados de 2021. Um mês sobe um pouco; no outro, cai. Não consegue atingir uma tendência de alta", apontou Claudia Moreno, economista do C6 Bank, em nota. "Daqui para a frente, nossa previsão é de que o setor continue andando de lado ou até caia, como ocorreu agora em agosto. Isso deve acontecer porque a indústria, assim como o restante da economia, passa a sentir mais fortemente os efeitos da elevação da taxa de juros neste segundo semestre, além de continuar sendo afetada pela desaceleração da economia global e pela queda de preços de commodities." Segundo André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, as medidas de incremento de renda implementadas pelo governo impulsionaram a demanda por bens industriais, especialmente de fevereiro a maio. No entanto, elementos desfavoráveis ao consumo das famílias permanecem presentes, atuando como obstáculos para uma melhora no fôlego da produção. Segundo Macedo, os principais fatores seriam a alta da **inflação** de alimentos, o aumento dos juros e o mercado de trabalho com contingente ainda importante de desempregados e geração de empregos mais precários.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Serviços puxam indicador de emprego, indica FGV

Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187349?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187349?page=1§ion=1

Brasil pode ir bem no cenário global, se tiver investimento

Anais Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187349?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187349?page=1§ion=1